

Informe FUP

15.08.2007

Petrobrás apresenta nova proposta de PLR, que eleva o piso e diminui a diferença entre o menor e o maior valor

Em resposta à cobrança da FUP, a Petrobrás apresentou nesta quarta-feira uma nova proposta de pagamento da Participação nos Lucros e Resultados referente ao exercício de 2006. A empresa eleva o piso para R\$ 16.015,00 até o nível 247 da antiga tabela salarial (que vigorava em 2006) e diminui para 2,5 a diferença entre o menor e o maior valor proposto. A proposta é extensiva, na íntegra, a todas as subsidiárias, inclusive a Transpetro. Se a proposta for aprovada, a Petrobrás efetuará o pagamento da PLR para todos os trabalhadores do Sistema sete dias úteis a partir da data de assinatura do acordo.

Esta é a terceira proposta de PLR apresentada pela Petrobrás. As duas propostas anteriores foram rejeitadas pela FUP e pela categoria. A Federação se reúne nesta quarta-feira à tarde para discutir a proposta e os próximos encaminhamentos.

Reunido no último dia 07, o Conselho Consultivo da FUP – formado por um representante de cada sindicato filiado – apontou que a Federação deveria buscar avanços na negociação no sentido de elevar o valor do piso e aumentar a linearidade, através da redução da diferença entre o menor e o maior valor da PLR.

PLR 2007 – Na proposta apresentada à FUP e sindicatos, a Petrobrás ressalta que, logo após a assinatura do acordo da PLR 2006, iniciará a negociação dos parâmetros e critérios para pagamento da PLR referente ao exercício de 2007. A empresa também se compromete a efetuar a partir de 10 de janeiro de 2008 o pagamento do adiantamento da PLR 2007, conforme os preceitos legais, inclusive o pagamento aos acionistas.

Anistia dos níveis - A FUP voltou a cobrar da Gerência de RH o cumprimento na íntegra da decisão da Comissão Interministerial de Anistia, que publicou no Diário Oficial da União, no início deste ano, os requerimentos deferidos, onde 750 petroleiros tiveram as punições referente às greves de 94 e 95 anistiadas. Com isso, a Petrobrás foi obrigada a efetuar a devida concessão de níveis a todos estes trabalhadores, que foram prejudicados em função da participação nas greves. Alguns órgãos da empresa, no entanto, estão descumprindo a decisão da Comissão de Anistia, alegando que na época a participação na greve foi lançada na ficha dos trabalhadores como faltas não justificadas, critério que impede o avanço de nível. A FUP ressaltou, na reunião desta quarta-feira, que não aceita esta manobra e que a Petrobrás deve corrigir imediatamente a distorção e cumprir a decisão da Comissão de Anistia, pagando os níveis devidos aos trabalhadores que foram anistiados.

Direção Colegiada da FUP